

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1009645-90.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **David Marcelino Santos**
 Requerido: **Porto Seguro Cia de Seguros Gerais**

Vistos,

DAVID MARCELINO SANTOS promove ação em face de **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS** sustentando, em essência, padecer de incapacidade funcional decorrente de acidente de veículo automotor, com direito então à percepção integral da verba indenizatória prevista na Lei nº 6.194/74, por lesão grave sofrida em acidente de trânsito ocorrido no dia 21 de julho de 2014.

A ré foi citada e apresentou defesa, aduzindo preliminarmente a necessidade de retificação do polo passivo da lide e a ausência de documento essencial. No mérito, defendeu a inexistência da incapacidade funcional alegada (fls. 37/50).

Houve réplica (fls. 66/75).

O processo foi saneado, repelindo as preliminares arguidas (fls. 76/77).

Laudo pericial às fls. 102/109.

Manifestação da ré às fls. 114/115, silente o autor (fls. 119, 124 e 127).

É o relatório.**Fundamento e decido.**

O pedido é improcedente.

Do exame da prova pericial empreendida extrai-se a conclusão de que o requerente, embora apresente quadro clínico compatível com o descrito na inicial, não ostenta incapacidade total.

De fato, consta que: *"o nexa causal quanto ao acidente traumático sofrido pelo autor em 21/07/14 é procedente (boletim de ocorrência de fls. 23/25), bem como, a sequela funcional relativa ao quadro neurológico decorrente de Epilepsia pós trauma restringe o mesmo à realização de atividades laborativas que demandem trabalho/manuseio de objetos cortantes e altura elevada (...) Quanto ao quadro neurológico resultante de Epilepsia pós trauma, pode-se afirmar até o momento que o enquadramento na Tabela Susep com dano patrimonial de: LESÕES NEUROLÓGICAS*

P O D E R J U D I C I Á R I O

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

QUE CURSEM COM COMPROMETIMENTO DA FUNÇÃO VITAL OU AUTÔNOMICA EM GRAU MÉDIO (50%) = valor indenizatório em R\$6.750,50 reais" (fls. 106/107).

O autor já foi indenizado administrativamente no valor de R\$ 6.750,00 (fls. 03), razão pela qual não faz jus ao recebimento de indenização suplementar.

Não se justifica a indenização pelo valor máximo, inexistente a incapacidade total alegada, absolutamente incompatível com o laudo pericial. Aliás, o E. Superior Tribunal de Justiça tem entendimento sumulado de que "*a indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*" (súmula 474).

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pedido. Sucumbente, arcará o autor com custas e honorários advocatícios de 15% do valor da causa corrigidos pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir da publicação desta sentença e com juros de mora de 1% ao mês contados do trânsito em julgado.

A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 08 de junho de 2018.

Eduardo Cebrian Araújo Reis
Juiz de Direito

| |
|---|
| <p align="center">DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p> |
|---|